

Um Mecenas Das Bibliotecas Da Portugal Setecentista: D. Manuel Do Cenáculo E Os Livros

Jamaira Jurich Pillati

Resumo: Quando se trata de aspectos culturais fortalecidos no século XVIII, a organização de bibliotecas, Academias de “Sciencias”, música e literatura foi um fenômeno comum aos reinos europeus afoitos por ostentar o legado e as práticas de cultura de suas majestades e sua corte. Dessa forma, para que estas instituições fossem alimentadas e levassem a grandiosidade cultural que os anos das luzes pedia a um reino, assim como o desenvolvimento da técnica das diferentes áreas, promovendo o crescimento científico pelo bem de um já buscado crescimento econômico, era necessário que as doações fossem constantes. Não ficando esta prática reclusa á realeza, reforçou-se a importante figura - que já havia sido de suma importância para o desenvolvimento do Renascimento – do mecenas, financiador e defensor do desenvolvimento cultural da época. Em um momento em que o Iluminismo deu margem as grandes obras, sejam de manifestação de ideais políticos ou das Ciências Naturais, o desejo era que os reinos – e até suas colônias, como no caso de Portugal – fossem permeados pela razão e a técnica, desde que não ultrapassassem o limite dos domínios políticos de seus monarcas, como no claro exemplo português.

Este artigo trata da figura de um importante personagem do crescimento cultural e institucional de Portugal do século XVIII, Manuel do Cenáculo, o Bispo de Beja. Como religioso e parte do grupo de intelectuais de confiança do Marquês de Pombal, foi integrante da Real Mesa Censória portuguesa. Entre suas inúmeras doações a bibliotecas da época, como para a grandiosa Biblioteca Real, pode ser encontrada a que foi objeto da presente pesquisa, um manuscrito de catálogo de doação, datado de 1795, ao Convento de Nossa Senhora de Jesus de Lisboa, sendo uma listagem de 176 obras, entre manuscritos e impressos de diferentes séculos e temáticas. O documento pode ser encontrado, em seu original, nos arquivos da atual Academia das Ciências de Lisboa, e que foi, para facilitação da pesquisa, digitalizado e transcrito. O principal interesse deste artigo é registrar sobre a trajetória intelectual de Cenáculo, para que se possa compreender melhor a respeito das obras que possuía e foram doadas. O trabalho parte de uma abordagem quanto à história intelectual e das instituições para enriquecer e melhor compreender uma história do livro e da leitura na Portugal de setecentos, e suas peculiaridades. Através de uma breve investigação a temática das obras retratadas, podemos nos deparar com o que se lia e se esperava que lessem, pois toda doação pode ser entendida como uma recomendação de leitura, em uma época de conflitos políticos, científicos e religiosos. Podendo, ainda, facilmente observar que grandes partes dos livros possuíam riqueza quanto a sua raridade, anotada pelo próprio mecenas, assim como, muito dos títulos podem entrar para o rol de obras que foram consideradas, muitas vezes de leitura “perigosa” em uma época em que aglutinou-se em apenas uma instituição, a Mesa Censória, no qual o religioso estava diretamente ligado, o poder de censura da Igreja e do Estado.

Palavras-chave: livros; Portugal; bibliotecas; Manuel do Cenáculo, século XVIII.

O século XVIII, o famoso “Século das Luzes”, quando abordado, logo se pensa nas grandes reuniões de intelectuais e filósofos, na boemia artística, na efervescência de idéias políticas e no confronto da razão com os dogmas religiosos. Em Portugal, no entanto, podemos encontrar um cenário um pouco diferenciado de alguns países da Europa. Não seria possível afirmar que atividades intelectuais eram nulas no país, e não eram, porém algumas peculiaridades quanto as suas práticas culturais e organização política foram claramente notadas por olhares externos.

Relatos de viajantes retratam, nas primeiras décadas de 1700, um país que se encontrava em uma situação de descuido quanto a seus prédios e construções. A precariedade em que vivia a população, seja pela falta de água, e o lixo e a sujeira que tomavam a cidade, observado até mesmo nas escadarias do palácio, eram ainda somadas a falta de iluminação, que tornavam as ruas, a partir de determinada hora, bastante perigosa. Apesar de toda riqueza vinda das colônias, principalmente das minas, a pouco descobertas no Brasil, a arquitetura de Lisboa parecia bastante pobre e carente de originalidade.

Se o clima merecia reverência, bastante diferente eram as descrições acerca da escassez de água, da falta de comodidade das casas e da pouca personalidade dos palácios locais, que revelavam não só uma arquitetura pobre como a falta de cuidado que recaía sobre a capital. Os edifícios, pouco originais, pareciam representar um exemplo do descaso reinante. Feitos de tijolo e madeira, eram quase sempre compostos de dois andares (alguns poucos chegassem a três), apresentavam uma fachada sóbria e sem maiores decorações ou detalhes. No plano baixo, apenas uma porta de entrada simples e algumas janelas com gradeamento completavam o cenário um tanto austero. Já nos andares superiores protegiam-se as janelas com gelosias, uma vez que vidros eram raros em Lisboa. Se a decoração exterior era reduzida, a mesma sobriedade se verificava no interior: uns tantos azulejos decoravam o ambiente, de tetos retos e poucos móveis. (SCHWARCZ, 2002, p. 43)

A vida cultural na cidade não era muito movimentada e dependia da vinda de atores e músicos de outros países. A figura da família real e da nobreza, que movimentava a vida dos súditos de outros países em suas caçadas e passeios que movimentavam um imenso número de damas e cavalheiros da corte, também não eram presentes no cotidiano lisboeta, a vida na corte, bastante apática, era refletida no dia a dia do povo. Assim, o que restava de diversão e movimentação eram as atividades religiosas, festas, procissões, autos de fé do Tribunal do Santo Ofício. Portugal possuía uma população de fervorosa tradição católica, e eram estas ocasiões que agitavam a vida social em Lisboa. As instituições religiosas tomavam a cidade, conventos, capelas, igrejas, decoradas com o ouro e a prata das colônias, trazendo certo prejuízo ao Estado, pelo despendio de mão de obra e contribuição financeira, fatos que refletiam, também, o poderio que a Igreja tinha no país.

No entanto, mesmo em Portugal, uma cultura do conhecimento, há muito solidificada, fazia com que a nobreza quisesse se mostrar letrada seja por carregar bem as vistas, óculos, símbolos de leitura¹, seja pela obtenção de livros, manuscritos e obras ou pela construção de grandes bibliotecas. Ainda no século XIV, relata-se a preocupação dos monarcas com a educação das crianças e, pouco mais tarde, com a recuperação da história do reino, fez com livros fossem reunidos na corte. Afonso V (1438-1481) foi quem se deu conta da importância de dispor as obras aos estudiosos, originando a conhecida Livraria Real. Com a dominação espanhola, que perdurou até 1640, muitas obras foram levadas e a biblioteca real deixada sem importância. Foi em meados dos setecentos, época de riquezas da colônia e paz por certa hegemonia portuguesa, que d. João V passa a investir verdadeira mente em uma biblioteca real. A Livraria cresce a passos largos e chega a ser considerada uma das maiores da Europa, em números e pela preciosidade das obras e figuras que a estamparam, ganhou um novo prédio e funcionários para confeccionar os catálogos, além dos editores que se encarregariam das edições de luxo com as cores e o brasão do rei. Essa prática foi comum entre os monarcas de diferentes regiões. D. João teve uma imagem dividida entre o rei de exacerbação religiosa,

glutão, colecionador de amantes e desinteressado da política, retratado em crônicas do tempo, e o rei que adorava os livros na juventude e o rei “Magnânimo” da cultura, como ficou conhecido.

A verdade é que não só a Livraria Real, como as bibliotecas de academias, conventos e ordens religiosas, tiveram grande crescimento naquela época. Com a morte de d. João V, em 1750, d. José I veio a substituí-lo, um novo rei não parecia ser um grande interessado político e cultural, independente disso, a biblioteca já estava bem alocada e administrada, mesmo assim não poderíamos saber seu futuro nas mãos do novo rei, em 1755 o grande terremoto que destruiu quase toda a cidade, que seguido de um incêndio, consumiu rapidamente não só todos os livros como o prédio.

Após a destruição da capital do país era necessário se reconstruir o país, em todos os sentidos. Neste momento um ministro do rei d. José I, Sebastião José de Carvalho e Mello teria papel fundamental nas futuras políticas de Estado em Portugal, tamanha importância que se tornaria em 1759, Conde de Oeiras, e em 1769 Marquês de Pombal. O ministro do rei tomou uma política de centralização de poder nas mãos do monarca, e realizou diversas reformas administrativas, cercando-se daqueles em quem confiava, entre eles um jovem religioso, d. Manuel do Cenáculo.

Manuel do Cenáculo Villas Boas Anes de Carvalho, nasceu em Lisboa em 1724, Foi Bispo no distrito de Beja, e mais tarde, Arcebispo de Évora, ambas localidades ao sul de Portugal. Nascido em Lisboa e de origem humilde, ingressou ainda jovem na Terceira Ordem de São Francisco. Kursou humanidades e teologia em Coimbra, onde doutorou-se em 1749, tomando, pouco mais tarde, uma cadeira de regência.²

Como erudito de seu tempo exerceu:

com um enciclopedismo tão ao gosto do seu século, as mais variadas actividades como historiador, político, eclesiástico, reformador, pedagogo e filósofo, distinguindo-se como humanista, arqueólogo e bibliófilo, cultivando a Numismática³, a Exegese⁴, a Hermenêutica⁵ e a Liturgia⁶.(CAEIRO, 1999. APUD: BNP, 2006, p. 11)

Sua intelectualidade, despertou o interesse do Sebastião José de Carvalho e Melo. Cabe ressaltar a orientação religiosa do frei sabendo que em 1759 o futuro Marques de Pombal expulsaria os jesuítas do país e de suas colônias, o fato de que Cenáculo era pertencente a ordem adversa é fato a ser sublinhado quanto a confiança obtida. As divergências entre o ministro e a ordem jesuítica eram de cunho tanto econômico, quanto a sua postura de defesa dos índios brasileiros, como empecilho em sua reforma educacional, que incluía ainda uma reforma nas universidades, a criação de diferentes disciplinas e cadeiras, na qual Beja teve importante papel.

Conhecedor e admirador do iluminismo, o marquês conhecia o poder e os “perigos” que as leituras e os livros podem exercer, desta forma, aliando sua clara vontade de fortalecimento do estado absoluto e diminuição do poderio da Igreja, criou a Real Mesa Censória portuguesa que passou a funcionar como órgão regulamentador de livros e escritos.

Esta instituição deteria, a partir de então, os direitos de censura que antes estavam dispersos por três autoridades diferentes: a Coroa (através do Desembargo do Paço), os bispos e a Inquisição. Ficavam a perder, portanto, a Inquisição e os bispos. A primeira, presidida agora por um irmão de Pombal, não tinha muita margem de manobra. Perdera, também, entretanto, o direito de executar a pena de morte. Perdera principalmente uma de suas grandes razões de viver quando Pombal – perdão, Dom José I – decidiu abolir a distinção entre cristãos – novos e cristãos – velhos. (TAVARES,2005.p. 136.)

As políticas do marquês causaram divergências, que logo foram combatidas com punições graves a aqueles que se mostravam seus inimigos. Desta forma, o corpo de censores foi todo renovado com quem estava do seu lado, dentre eles, D. Frei Manuel do Cenáculo, nomeado deputado da Real Mesa Censória em 1768, pouco tempo depois, 1770, nomeado Bispo de Beja.

Como intelectual de sua época, era grande comprador de livros, e reuniu diversos tomos em sua biblioteca. O exercício de censor só fez com que aumentasse seu contato com todos os tipos de obras, que seriam proibidas ou não, aumentado não só suas listagens como seus interesses em diversas áreas da erudição.

Como conseguiu Cenáculo reunir tantos livros? Em primeiro lugar, como Presidente da Real Mesa Censória, participou activamente na transferência dos fundos bibliográficos das Casas dos Jesuítas para a biblioteca da Mesa. A sua participação está comprovada na historiografia e mesmo no testemunho dos contemporâneos, que registam a decisão de recolher na Mesa Censória os livros das antigas livrarias das Casas da Companhia de Jesus. Por exemplo, os livros que se encontravam na Universidade de Évora, Colégio do Espírito Santo, como testemunha Bento Farinha, foram inventariados e enviados para a Mesa em 1775. Com estes fundos não é de admirar como se aponta no decreto de D. José I de 2 de Outubro de 1775, que a Biblioteca da Mesa Censória tivesse 60.000 volumes.

Outros meios importantes foram a compra de exemplares e a oferta de milhares de obras. Na verdade encontramos na correspondência referência a diversas obras mencionadas neste catálogo. Os livros são uma constante na correspondência que lhe é dirigida, até porque alguns dos correspondentes são livreiros ou seus agentes, que lhe apresentam as suas ofertas. Mas além desses, poucos são os que não falam de livros.” (VAZ, 2005, p. 14.)

Cenáculo mantinha uma preocupação primordial com a educação e não foi só fundador de várias bibliotecas públicas, enquanto censor, em Beja e em Évora, como também fez doações importantes a outras tantas.⁷ A doação como estímulo a erudição era prática comum entre intelectuais da época, seguindo a tradição da propagação das idéias, vinda do iluminismo.⁸

Entres os documentos a respeito dos livros de Beja, encontra-se o *Donativo do Bispo de Beja á Livraria aos seos Padres de N. Senhora de Jesus de Lx^o em julho de 1795*, que se resume a um índice de obras, entre manuscritos e impressos, de diferentes épocas, autores e temáticas, que foram doados ao convento de Nossa Senhora de Jesus, em Lisboa, onde fez seus votos na ordem Terceira de S. Francisco em 1740.¹⁰

O catálogo de doação encontra-se em Lisboa, mais precisamente na Academia das Ciências de Lisboa, onde foram digitalizadas¹¹. Consiste em um catálogo de doação de livros, que se encontra em formato de brochura, manuscrito e sem paginação. Datado do ano de 1795, o documento se refere á uma doação de obras. A lista, em seu original, esta dividida da seguinte forma: Manuscritos, sendo uma listagem de 55 obras, e a lista de Impressos, contendo 36. Há, ainda, um *Acrescentamento ao Donativo*¹², de letra de mesmo punho, listando 8 Manuscritos e 32 Impressos. Alguns títulos aparecem rasurados, como em uma tentativa de demonstrar exclusão da lista, a critérios de pesquisa, foram transcritos e analisados também. O catalogo possui, por fim, uma listagem de obras distintas, a caligrafia desta listagem não se assemelha com a até então observada, no entanto, foram também transcritos, na hipótese de mais um adendo de doação.

Os títulos se encontram em latim e português, foram observados: o autor, do que se tratava a obra, seu histórico, se ainda pode ser encontrada em algum acervo, e se possível informações sobre a obra física descrita no catálogo, informações como, local, ano, numero da edição, formato, ilustrações, destacando a importância da história do livro quanto á sua materialidade para uma investigação mais ampla¹³. Porém, levando em consideração a datação e especificidades da listagem, não foi possível coletar todas as informações sobre

todas as obras, sendo que algumas possuem apenas autor e resumo, outras possuem breves informações em relação ao conteúdo, outras foram encontradas digitalizadas em bibliotecas on-line, assim sucessivamente.

A riqueza de especificidade dos livros que pertenceram á Manuel do Cenáculo é valiosa fonte para análise. Depois de aglutinado todo o poder de censura e regulamentação á Real Mesa Censória, a fiscalização quanto a circulação de doutrinas que não a católica passa também a ser de ordem dos censores. Entre os diversos livros de temática teológica, que são maioria no catálogo referido, encontramos algumas obras que notoriamente pertence à doutrina judaica. Uma *Bíblia hebraica*, um *Thalmud da melhor edição de Amsterdão* e um *Mischna*, são algumas das obras listadas na doação. Temos aqui um religioso católico, censor de livros, que passa uma ordem, a do Convento de Nossa Senhora de Jesus de Lisboa, que leiam e conheçam uma doutrina que combatem veemente no momento. Vejamos, ainda, que uma das “louváveis”, na época, medidas de Pombal, foi extinguir a diferenciação entre cristãos e cristãos novos – convertidos, em maioria judeus – antes perseguidos e fiscalizados pelo Santo Ofício e pelos próprios fiéis em nome da purificação do sangue português, agora com liberdades como as dos “nascidos” cristãos, no entanto, não significava que a doutrina judaica fosse permitida.

Essas obras se encontravam ladeadas por outras muitas obras da doutrina católica, como sermonários *Sermonario latino do século 13*, *Santi Bernardi Sermones* obras de importantes religiosos, *S.S. Bernardi Bonaventure*, *Isidori Opera Pia do século 14*, *S. Augustini Soliloquia e outras coisas do Santo, seculo 13* (Monólogos de Santo Agostinho e outras coisas do Santo). Notando a datação das obras - que quando notórias eram transcritas pelo doador – percebe-se a raridade das obras, sendo elas manuscritos de quatro ou cinco séculos anteriores, cuidadosamente conservados pelo colecionador. Ainda neste gênero, podemos encontrar preciosos impressos. O mercado editorial que envolvia mercadores, livreiros, escritores, teve por sua característica de contestação, de ser expelida para países de características políticas diferenciadas dos estados absolutos, surgem tipografias em Amsterdã (Holanda), Bouillon (Bélgica), Genebra e Neuchatel (Suíça), e os grandes editores, que na época acumulavam uma mistura de funções, imprimiam suas marcas em seus impressos. Dentre os impressos doados podemos encontrar listados alguns do século XV e XVI, *Bíblia de Bomberg*, primeira Bíblia Rabínica impressa pelo holandês Daniel Bomberg e mais tarde editada por Jacob-Bem-Chayin, em Veneza 1526; *Bíblia de Richel, Basilea 1477* e *Bíblia de Richel, Veneza 1479*, segundo impressor mais notável da Basileia (Suíça), depois de Bertoldo Rodt ou Rot, discípulo de Gutenberg, sua impressão trazia inovações quanto a disposição textual; *Bíblia de Jenson, Veneza 1479*, discípulo de Gutenberg, trabalhou com ele e mudou-se para Veneza, onde gravou sua marca em suas impressões¹⁴.

As obras de história, ao lado das de teologia, são de maior número no catálogo. Dentre narrativas nacionais, histórias da nobreza e da realeza, encontramos também os feitos dos exploradores nas colônias, história política e administrativa. Em país a pouco abalado por uma catástrofe, a importância da memória e identidade de uma nação que viveu o auge das explorações marítimas pode ser encontrado nas diversas bibliotecas. Entre os muitos exemplos temos: *Antão de Gouvêa, Guerras da Paraíba no Tempo dos Felippes*; *Genealogias dos Reys de Portugal contra Cassas*; *D. Francisco Manoel, Tacito Portugues: Vida Del Rey D. João IV* (D. Francisco Manuel de Melo. Tacito Portugues: vida, morte, ditos e feitos de El Rey D. João IV de Portugal); *Domingos Alves de Brito História de Angola a Felipe I*. Ainda entre as obras encontra-se a curiosa *História do Martirio do P. Ignacio de Azevedo e seus Companheiros*, que conta o episódio em que um grupo de religiosos da Companhia de Jesus, foi atacado pelos huguenotes holandeses, quando passavam pelas Ilhas Canárias, em missão para o Brasil:

Este episódio de martírio adquiriu rapidamente um importante significado na hagiografia da Época Moderna. Por um lado, tratou-se do martírio colectivo mais numeroso de jesuítas entre os sécs. XVI e XIX. Por outro lado, este episódio reúne simbolicamente os dois contextos geográficos – culturais, nos quais aconteciam com frequência eventos similares: a Europa dividida por lutas religiosas entre católicos e protestantes e as missões ultramarinas.

Ademais, a hagiografia destes mártires realçou o número quarenta. Para além da conotação bíblica deste número, foi fácil relacionar este episódio com o episódio do martírio dos quarenta cristãos de Sebaste, Arménia, o qual terá ocorrido entre 316 e 370. (OSSWALD, 2008, p. 249 – 250.)

Considerando a relação tumultuada entre Pombal e a ordem jesuíta, considera-se que indicar a uma leitura que martiriza a memória histórica deste grupo deve ser visto com certa curiosidade.

Manuel do Cenáculo era um homem do seu tempo, tempo este em que as luzes e as ciências estavam emergindo em um projeto de sociedade. Seja através das idéias revolucionárias políticas, seja através do desenvolvimento da técnica, essencial para o desenvolvimento econômico e político das colônias e, conseqüentemente, do reino. Pombal foi considerado, como muitos dos administradores da época, um admirador e influenciado pelo Iluminismo, a diferença, é que o Marquês soube muito bem como selecionar o que influenciaria, ou não, os leitores do seu reino, ou melhor, do reino de d. José I. O projeto educacional empreendido, do qual Beja fez parte, está no catálogo, o *Cathecismo de Montpellier*, a obra indicada como leitura na reforma pombalina, trazia recomendações aos mestres quanto da educação moral, religiosa e de civilidade. Encontramos ainda obras que eram retomadas de leitura, como *Ovídio Metamorphoses*, *Aristotelis Opera*, além de escritores das ciências, *Seba*, *Historia Natural* (Albertus Seba. Cabinet of Natural Curiosities); *Staford. Theoria das Estrellas*, assim como os pensadores e críticos como Baile, Miguel de Serveti, pensador protestante, como outros que provocavam uma nova forma de se pensar o mundo. Porém, o mais claro exemplar de grande admirador e propagador do ideário das luzes é uma *Encyclopedia de Paris com os chapas*, não só possuía, possivelmente não só esse exemplar, da obra prima iluminista, como de alguma forma, adquiriu as chapas para reprodução da obra.

As pistas deixadas por Frei Manuel do Cenáculo, nos traz traços de um entusiasta das letras e das artes que conquistou seu lugar na reforma pombalina, como um homem que priorizou a expansão do conhecimento, através da criação e manutenção de bibliotecas e de seus escritos. Com a morte do rei D. José I, O marques de Pombal é destituído de todo o cargo que ocupava, e junto com ele, caem seus “homens de confiança”, entre eles, Cenáculo, que se retira para Beja, onde prossegue com suas obras de erudição, e de onde é nomeado, muito tempo depois, Arcebispo de Évora, pra onde passa a destinar suas atividades intelectuais. Os ecos das obras deste “homem das letras” podem ser encontrados em arquivos diversos de Portugal, sejam obras, correspondências ou catálogos.

REFERÊNCIAS

ALGRANTI, Leila Mezan. *Livros de devoção, atos de censura: ensaios de história do livro e da leitura na América portuguesa (1750 – 1821)*. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2004.

CHARTIER, Roger. *Cultura Escrita, Literatura e História: Conversas de Roger Chartier com Carlos Aguirre Anaya, Jesús Anaya Rosique, Daniel Goldin e Antonio Saborit*. Porto alegre: Artmed Editora, 2001.

CURTO, Diego Ramada. *Cultura escrita: séculos XV a XVIII*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2007.

Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/8299.pdf> Acessado em: 23/03/2011.

DARTON, Robert. *O Iluminismo como negócio: história da publicação da “Enciclopédia”, 1775 – 1800*. Companhia das Letras: São Paulo, 1996.

OSSWALD, Maria Cristina. *Aspectos de devoção e iconografia dos Quarenta Mártires do Brasil entre os sécs. XVI e XIX*. Via Spiritus 15 (2008) 249-268. Página 249 – 250.

OUTEIRINHO, Maria de Fátima. O século de Voltaire e de Rousseau : reflexões em torno da recepção de François-Marie Arouet e de Jean Jacques Rousseau em Portugal. *Intercambio*. Porto: Universidade do Porto. Faculdade de Letras 1993, p.157-165.

PAIVA, Eduardo e França (org.). *Brasil-Portugal: sociedades, culturas e formas de governar no mundo português (século XVI-XVIII)*. São Paulo: Annablume, 2006.

PORTUGAL, Biblioteca Nacional. *Casa dos Livros de Beja: doação de Frei Manuel do Cenáculo à Real Biblioteca Pública da Corte*. COUTO, Jorge(apresent.); DOMINGOS, Manuela D.(orgs.). 2ªed. Lisboa: BN, 2006. *Frei Manuel do Cenáculo e a biblioteca Pública: o mecenas*.

REISEWITZ, Marianne, “O impacto do ideário iluminista no Brasil: razão e livros sediciosos”, *Entre Passado e Futuro – Revista de História Contemporânea*, no. 1, ano 1, 2002, pp.41-57.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à independência do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

TAVARES, Rui. *O pequeno livro do Grande Terramoto: ensaio sobre 1755*. Lisboa: Tinta da China, 2005

VAZ, Francisco Antonio Lourenço. *A Fundação da Biblioteca Pública de Évora*. Disponível em: http://www.evora.net/bpe/2005Bicentenario/dias/01_Mar05/Simposio/FVaz.pdf. Acessado em: 10/05/2011

¹ “O barbeiro executou o serviço, apesar do aparato todo, e serviu de pretexto para reflexões sobre a nobreza local, que, carente de cultura, gostava de portar óculos para dar a impressão de muita leitura.” (SCHWARCZ, 2002, p. 66.)

² *Dicionário histórico de Portugal: Vilas Boas (D. Frei Manuel do Cenáculo)*. Disponível em: <http://www.arqnet.pt/dicionario/vilasbcenaculo.html>. Acessado em: 20/05/2011.

³ *Numismática: sf* Estudo sobre moedas e medalhas. (*Melhoramentos dicionário: língua portuguesa*. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2006. página 360.)

⁴ *Exegese: (z) sf* Comentário, explicação de textos gramaticais e da Bíblia. (*Melhoramentos dicionário... página 217.*)

⁵ *Hermenêutica: sf* Interpretação do sentido das palavras, das leis, dos textos, etc... (*Melhoramentos dicionário... página 260.*)

⁶ *Liturgia: sf* Ordem das cerimônias e preces de uma igreja. (*Melhoramentos dicionário... página 308.*)

⁷ PORTUGAL, Biblioteca Nacional. *Casa dos Livros de Beja*: doação de Frei Manuel do Cenáculo à Real Biblioteca Pública da Corte. COUTO, Jorge(apresent.); DOMINGOS, Manuela D.(orgs.). 2ªed. Lisboa: BN, 2006. *Frei Manuel do Cenáculo e a biblioteca Pública: o mecenas*. Página 11-23.

⁸ “Pois cabe mencionar que no século XVIII a idéia da propriedade literária vai contra todo um discurso do Iluminismo que recusa a apropriação privada das idéias. Toda a ideologia iluminista, segundo Condorcet ou Sieyes por exemplo, consiste em afirmar que não se pode estabelecer uma propriedade literária, porque as idéias devem ser compartilhadas para o progresso da humanidade, e não há uma razão para que um indivíduo particular seja o proprietário de uma obra em que haja idéias úteis para todos. “(CHARTIER, Roger. *Cultura Escrita, Literatura e História*: Conversas de Roger Chartier com Carlos Aguirre Anaya, Jesús Anaya Rosique, Daniel Goldin e Antonio Saborit. Porto alegre: Artmed Editora, 2001. Página 53)

⁹ $Lx^a = Lx^a$ ou Lx são abreviaturas, até hoje utilizadas, para “Lisboa”. Tem origem em sua antiga grafia, “Lixbõa”. Grafia transcrita do original.

¹⁰ *Dicionário histórico de Portugal*: Vilas Boas (*D. Frei Manuel do Cenáculo*). Disponível em: <http://www.arqnet.pt/dicionario/vilasbcenaculo.html>. Acessado em: 20/05/2011.

¹¹ Fundada no reinado de Dona Maria I em 24 de Dezembro de 1779, a *Academia Real das Ciências* é uma das mais antigas instituições científicas em Portugal. Entre os seus primeiros membros encontravam-se personalidades como o Duque de Lafões, o Abade Correia da Serra ou o oratoriano Teodoro de Almeida. Depois da implantação da república, passou designar-se “Academia das Ciências de Lisboa”. Ao longo da sua história conheceu seis moradas oficiais, encontrando-se atualmente no antigo Convento de Jesus de Lisboa. Hoje ainda em atividade, o seu principal objetivo é a promoção e o estímulo da investigação científica e a divulgação pública dos resultados dessa investigação. Tem também um papel de relevo na preservação, aperfeiçoamento e expansão da língua portuguesa. Mais informações em seu site: <http://www.acad-ciencias.pt/>. Acessado em 12/06/2011.

¹² Grafia transcrita do original.

¹³ Os títulos se encontram em latim e português, foram observados o autor, do que se tratava a obra, seu histórico, se ainda pode ser encontrada em algum acervo, e se possível informações sobre a obra física descrita no catálogo, informações como, local, ano, número da edição, formato, ilustrações, destacando a importância da história do livro quanto à sua materialidade para uma investigação mais ampla. Segundo Chartier: “Aqui nos aproximamos de um ponto metodológico importante que nos remete à discussão ou colaboração entre historiadores que vêm de uma tradição de história social e cultural, como é meu caso, e que pertencem ao mundo – não quero dizer escola porque não me parece que haja escola – dos *Annales*, à sua tradição, com historiadores da leitura, bibliógrafos, paleógrafos e outros, o que implica reconhecer o vínculo essencial entre o texto em sua materialidade, que suporta os textos, e as práticas de apropriação, que são as leituras.” (CHARTIER, 2001, p. 29.) Porém, levando em consideração a datação e especificidades da listagem, não foi possível coletar todas as informações sobre todas as obras, sendo que algumas possuem apenas autor e resumo, outras possuem breves informações em relação ao conteúdo, outras foram encontradas digitalizadas em bibliotecas on-line, assim sucessivamente.

¹⁴ “Nicolas Jenson (1420-1480)

De Mainz para Veneza: Quando o francês Nicolas Jenson adaptou melhor a littera antiqua os calígrafos para os tipos de chumbo, criou um padrão de letra que iria prevalecer até hoje.

Natural de Troyes, Jenson foi enviado em 1458 pelo rei francês Charles VII a Mainz, para espionar o segredo da impressão mecânica com tipos móveis - a invenção de Johannes Gutenberg.

Quando regressou da Alemanha, em posse do novo saber, o descendente de Charles VII já não manifestou qualquer interesse pelo assunto.

Jenson virou as costas à França e emigrou para Veneza, onde se tornou concorrente dos irmãos Speyer (Spira).

A partir de 1468, Jenson trabalhou em Veneza como gravador de punções, impressor e editor. Produziu cerca de 150 edições; os livros impressos entre 1470 e 1480 (ano da sua morte) têm servido de fonte de inspiração a inúmeros typesetters posteriores.

Jenson adquirira o seu knowhow na fonte, pois trabalhou como aprendiz na oficina de Johannes Gutenberg em Mainz. Mas a inspiração estética da sua letra teria vindo da lendária Coluna de Trajano.

Passados cerca de 25 anos da invenção de Gutenberg (cerca de 1455), Jenson gravou em 1470 os punções dum novo tipo metálico de romanas. O antigo discípulo de Johannes Gutenberg estava bem preparado, pois fora assessorado tecnicamente por dois ex-colegas da época de Mainz: Sweynheim e Pannartz.

A combinação da tecnologia alemã com a estética italiana não poderia ter sido mais afortunada. O grande feito tipográfico do franco-veneziano Nicolas Jenson foi a realização em chumbo de um alfabeto misto – a littera antiqua tipográfica. “

(<http://tipografos.net/historia/jenson.htm> Acessado em: 26/03/2011)